

## A SOCIEDADE MILITARIZADA E A EDUCAÇÃO

Maria Ciavatta

Universidade Federal Fluminense – UFF (Brasil)

Endereço eletrônico: maria.ciavatta@gmail.com

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte do Projeto “História e memória: registros do desmonte e da resistência da educação pública brasileira (anos 2000-...)”, pesquisa em andamento, com o objetivo de coleta e catalogação de documentos escritos, orais, iconográficos e digitais. É uma atividade de colaboração do Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisas em História, Trabalho, Educação e Saúde (UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz) e o Museu Pedagógico (UESB).

Observamos que, no Brasil, há cerca de duas décadas, em tempos recentes e com duração secular, na Colônia, no Império e no ideário da República, o campo educativo é restrito à educação das elites. Com ideologias política e moralmente conservadoras, todos esses períodos econômicos e políticos tiveram em suas bases, além da sustentação religiosa católica, o militarismo. Com expressão própria em cada época histórica, a ideologia de base é a mesma, o uso da força e das armas para a sustentação do poder instituído. Nos séculos XX e, particularmente, no século XXI, a educação brasileira vem sendo tensionada “por **processos intervencionistas de caráter conservador que tentam frear, impedir e constranger abordagens críticas** que contribuem com a discussão étnico-racial, cultural, de gênero, entre outros” (HISTÓRIA, 2020, p. 1, grifos dos autores).

Diante do desmonte de instituições, de modo especial, da escola pública, e de outros entes democráticos que lhes dão sustentação (conselhos, instituições, associações, assessorias), pesquisadores das instituições mencionadas consideraram importante organizar um “*corpus* documental” que evidenciasse a memória do desmonte da educação brasileira e a memória da resistência, da defesa incontestada da escola pública e de outras instituições a ela correlatas. Destacam-se o armamentismo e as medidas conduzidas pelo projeto de militarização de escolas, fortalecido com a aprovação do decreto nº 10.004/2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIN), e nos mostra que “o golpe institucional de 2016 foi, apenas,

542

Realização:



Apoio:





um laboratório de um processo mais amplo que estava preparado para conduzir o presente”. (HISTÓRIA, 2020, p. 1).

## METODOLOGIA

Pretendemos proceder a uma pesquisa histórico-documental com o objetivo de construir e, posteriormente, analisar, um conjunto de registros impressos e digitais sobre como ocorrem as intervenções legais e reestruturantes de instituições, de instâncias coletivas culturais, midiáticas e militares no território nacional.

Partimos do pressuposto da história<sup>1</sup> como processo e como método. Através da crítica à economia política e da concepção da história como produção social da existência (MARX; ENGELS, 1979), desnaturalizam-se as relações sociais, remetendo-as à forma como elas se produzem entre os sujeitos sociais, o mundo em que vivem e trabalham e os sistemas educativos na sociedade capitalista de nosso tempo. Trata-se de distinguir a *história como processo* e a *história como método* (LABASTIDA, 1983, apud CIAVATTA, 2015). A *história como processo* é a história vivida por indivíduos e sociedades, suas organizações sociais, suas estruturas de poder, as formas sociais de distribuição desigual da riqueza, a estrutura de classes sociais, a hegemonia política e cultural das classes privilegiadas. A *história como método* é a concepção e a narração ou a escrita da história sobre esses fatos, à luz de sua realidade nas diferentes sociedades. Categorias e conceitos se aplicam aos fenômenos e acontecimentos que são objeto da produção do conhecimento histórico.

A história nos dá eloquentes exemplos das contradições e conflitos que se originaram ao longo dos séculos, sempre que alguém tem ideias que contrariam o pensamento de outros. Tomemos, por exemplo, o negacionismo que surpreendeu a sociedade brasileira com a crença de que a terra é plana, depois de séculos de sua contestação pela ciência. Ou ainda o negacionismo e as políticas governamentais que tergiversaram sobre a compra e a aplicação universal da vacina contra o Covid 19 e o avanço da pandemia pelo Covid e suas variantes que já produziu mais de 550 mil mortos no Brasil.

Estamos nos dedicando à pesquisa e catalogação de “documentos (oficiais, acadêmicos, jornalísticos, relatos orais, produção artística, audiovisuais, iconográficos,

<sup>1</sup> Esta reflexão tem por base Ciavatta (2015).



etc.), que constituam um acervo e sirvam de subsídio à pesquisa sobre a história e a memória da sociedade e da educação brasileira nas duas últimas décadas.

Até o momento, foram coletados, catalogados e enviados (levantamento com referências e/ou impressos) ao Museu Pedagógico, pelo Grupo THESE, a seguinte documentação sobre **militarização da sociedade e de escolas**, um total de **149 documentos**, organizados, para posterior catalogação e digitação, quando necessário, pelo Museu Pedagógico: I – **levantamento bibliográfico**, total de 34 documentos; **levantamento na internet**, total de 88 documentos; **cursos**, 27.

Neste trabalho inicial, discutimos aspectos das informações encontradas nos documentos que contribuam para a elaboração da história deste momento no Brasil.

### A militarização da sociedade e a educação (Resultados e discussão)

Germano (1993) faz detalhada reconstrução da emergência dos militares na política no Brasil desde o século XIX. Nos limites deste Resumo, ela se faz em diversos sentidos: a revolucionária, a reformista, a reacionária, a ditatorial, a revolucionária nunca foram no sentido de uma revolução burguesa; e as demais se combinaram nos matizes conservadores.

As Forças Armadas, a partir de 1964, deixaram de atuar eventualmente, como “poder moderador” solicitados pelas classes dominantes, para deterem as classes subalternas da atuação política. Passaram à implantação de um regime político ditatorial, o mais longo da América Latina (1964-1985). O governo militarizado que temos hoje é da defesa e legalização do armamentismo na sociedade e o exercício de funções civis dos órgãos executivos por militares regidamente remunerados.

A militarização da sociedade brasileira não é uma coisa nova. Segundo entrevista com o Prof. Samuel Vida (apud BRANDINO; GALF, 2021, p. A6), “considera que o Brasil nunca chegou a ser uma democracia consolidada e que a militarização, por exemplo, sempre foi uma realidade para determinados grupos, particularmente, as populações negras e indígenas”. Para os mesmos jornalistas, no entanto, “A Constituição Federal estabelece que cabe às Forças Armadas a defesa do país contra ameaças externas e, por iniciativa dos Poderes da República, da lei e da ordem. Não há previsão de atuação política para seus integrantes”.

Sintetizamos aqui questões que evidenciam alguns dos aspectos que assume a sociedade em processo de militarização com a eleição do ex-capitão Jair Bolsonaro à



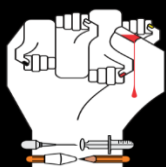
Presidência da República. Mariz (2022, p. 9) explica que as novas regras de renovação de licença para armas, ao contrário do que se espera do governante, relata: “Uma das primeiras medidas tomadas pelo Presidente Jair Bolsonaro para facilitar o acesso a armas no país, a extensão do prazo para renovação de licenças é apontada por especialistas como uma das “brechas” criadas pelo governo para a fiscalização”.

Na educação, a presença militar se faz em dois sentidos principais: no desmonte das escolas e universidades pelo corte de recursos, ausência de concursos, centralização das instâncias de poder; e pela transformação das redes públicas em escolas cívico-militares. Sua expressão legal mais importante é a Lei 10.004/2019: “Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio.” a ser desenvolvido pelo Ministério da Educação e Ministério da Defesa conjuntamente, em colaboração com estados e municípios, na rede de escolas públicas.

O militarismo de conhecimentos, atitudes e valores das escolas militares, com base no autoritarismo, na anuência às ordens e na disciplina militar, destinam-se, principalmente para “o atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social” (art. 3º, inciso II). Algumas matérias recentes na imprensa expressam como se geram e se preenchem as lacunas educacionais de “vulnerabilidade social”. Alfano (2022, p. 13) registra em detalhes: “Orçamento das escolas cívico-militares triplica. Valor destinado para o programa em 2022 é o dobro do que o Ministério da Educação prevê para apoiar a implementação do Novo Ensino Médio e dez vezes maior que a dotação destinada a transporte social.” do jornalista Breno Alfano (2022 a, p. 10) é a matéria que mostra a situação desastrosa de obras interrompidas. O estado desastroso da educação e suas “vulnerabilidades sociais” pode, também está presente em dados da PNAD -IBGE (PALHARES, 2022): “4 em cada 10 crianças de 6 e 7 anos não sabem ler e escrever”. O impacto da defasagem aumentou com a pandemia, e “é ainda maior entre as crianças mais pobres, pretas e pardas”.

## CONCLUSÕES

Existem outras formas de educar a sociedade para a militarização, especialmente, os mais jovens. São os clubes de tiro que já existiam, mas passaram a ter grande visibilidade e incentivo no governo Bolsonaro. René Ruschel (2022, p. 32-35), registram que “Na cidade gaúcha de Canoas, um centro de treinamento paramilitar



alicia crianças e adolescentes. (...) As crianças praticam exercícios de combate, rastejam sobre a lama, marcham com simulacros de fuzis, cruzam rios dependurados em cordas, praticam tiros com *airsoft*”.

## REFERÊNCIAS

ALFANO, Bruno. Orçamento das escolas cívico-militares triplica. **O Globo**, Brasil, domingo, 15-05-2022.

ALFANO, Bruno. Sem prioridade. Brasil tem mais de 3,5 mil obras escolares atrasadas que já custaram R\$1,3 bilhão. **O Globo**, Brasil, quinta-feira, 24-03-2022, p. 10.

BRANDINO, Gêssica; GALF, Renata. Entenda a militarização da gestão Bolsonaro e o que isso representa. **Folha de São Paulo**, Poder, segunda-feira, 1º de março de 2022, p. A6.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento**. A historicidade da educação profissional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

HISTÓRIA e memória: registros do desmonte e da resistência da educação pública brasileira. Rio de Janeiro: Grupo THESE / Vitória da Conquista: Museu Pedagógico, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

PALHARES, Isabel. 4 em cada 10 crianças de 6 e 7 anos não sabem ler e escrever. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, quarta-feira, 9 de fevereiro de 2022, p. B1.

RUSCHEL, René. Comandos em ação. **Carta Capital**, ano XXVII, n. 1207, p. 32-35, 11 de maio de 2022.